César Benjamin e outros

A opção brasileira, Rio de Janeiro, Contraponto, 1998

Leovegildo P. Leal (Professor de Teoria da Comunicação da FCH/ Fumec — Belo Horizonte).

Mesmo que seja metodologicamente recomendável a concessão de um certo nível de autonomia ao exercício do pensamento em geral, o pensamento político requer categoricamente a identificação dos espaços históricos e conjunturais dos quais emerge. Entendendo-se elementarmente política como conjunto de práticas referentes ao poder, e visto este como capacidade de uma classe social impor seus interesses sobre outra classe, é preciso partir da situação concreta e das heranças históricas de determinada classe social para situar as reflexões e propostas políticas formuladas em torno de seus interesses — hipotéticos ou reais. Tomando-se como marco fundador da história recente o desencadeamento de um processo praticamente ininterrupto de desenvolvimento capitalista que perdurou do último pós-guerra até o final dos anos 70, impõe-se a constatação de haver sido o proletariado privado no período, e isto em nível mundial, do aprofundamento, avanço e atualização do pensamento político que, enquanto arma teórica, o instrumentalizasse no dia-a-dia das lutas de classes e no seu projeto histórico de libertação. Estamos falando do marxismo. Não que não se desenvolvessem esforços individuais e mesmo estruturados em organizações políticas militantes na linha do resgate e do avanço do marxismo, mas estes desgraçadamente permaneceram — e permanecem — como idéias dominadas no interior mesmo do proletariado, de seu movimento e de suas organizações.

Com o advento do neoliberalismo — não mais que uma estratégia econômico-política estruturalmente imposta ao capitalismo por uma crise de reprodutibilidade que lhe corrói as entranhas —, o proletariado é atingido por uma onda de desemprego, de dimensões inusitadas para toda uma geração de trabalhadores, que o imobiliza, desorganiza e o faz descrer de sua força libertadora e de seu papel de sujeito. Ao contrário da última grande crise aberta do capital, a de 1929, e por efeito mesmo da estratégia neoliberal agora adotada, segmentos do grande capital auferem lucros cada vez mais fantásticos, mascarando assim a natureza sistêmica da crise e ocultando a dinâmica que inevitavelmente a conduzirá a uma crise generalizada de realização, quando, aí sim, atingidos os detentores do capital, a própria dominação — econômica, política e ideológica — poderá ser posta em xeque.

Mas não é ainda esta última a situação que vivemos hoje. O quadro é de desorganização e da ausência de uma herança teórico-política recente que possa instrumentalizar a luta do proletariado no caminho de sua libertação revolucionária. E é neste quadro, como expressão deste quadro, que surge o texto *A opção brasileira*, que se apresenta como "um projeto alternativo de desenvolvimento". Na sua origem, um amplo debate convocado por "uma" (assim mesmo, indefinida) Consulta Popular para debater, em dezembro de 1997 em Itaici (SP) a situação nacional. Ao final das discussões de que participaram 300 delegados — "pessoas da cidade e do campo, religiosos e leigos, filiados e

não filiados a partidos políticos", informa a apresentação do livro —, a Coordenação da Consulta (algum tipo de organização política, presume-se, já que tem uma coordenação) delegou a tarefa de elaborar o documento a um corpo de 11 redatores, com texto final do escritor e editor César Benjamin.

De lado a pretensão, apresentada como nova e exclusiva, de construir uma rede de militância de "qualidade nova, solidária com o povo e dotada de uma visão de conjunto dos problemas e das potencialidades do país", o que tem de novo a propor *A opção brasileira*? Nada. Apenas o velho projeto nacional desenvolvimentista, retemperado com algumas pitadas do culturalismo em moda, no qual o socialismo é remetido para um futuro incerto e não sabido, e ainda necessariamente precedido de uma etapa de desenvolvimento capitalista. Ou não é velho lamentar que "(...) a volúpia globalizante impõe um tratamento grosseiro (?) às empresas que não operam com o horizonte da competitividade internacional?" (p. 34). De fato, é novo chamar o proletariado de "mundo do trabalho", como faz o texto logo a seguir, mas decididamente não é novo o uso repetido de conceitos como "nação", "povo", "país", "sociedade brasileira", "cidadania", "economia nacional", todos eles articulados enquanto agentes do hipotético processo de desenvolvimento em que acreditam e que pregam os autores. Estamos diante, na verdade, de categorias políticas que historicamente estruturaram, para ficar no Brasil, a retórica e a prática do reformismo tradicional pecebista, do varguismo e do trabalhismo — descartado, evidentemente, o uso demagógico a que se prestam esses termos. Tais categorias não são apenas trastes impres-táveis na luta do proletariado; são isso também. Mas são principal e fundamentalmente substitutivas dos verdadeiros conceitos cuja posse é que poderá dotar o proletariado de consciência libertadora e revolucionária: classe, lutas de classes, socialismo revolucionário e tantos quantos remetam para a incompatibilidade entre o proletariado e a burguesia, seja esta estrangeira ou nacional. Mas o texto prefere condoer-se com "as empresas nacionais que não têm capacidade de endividamento no exterior", submetidas, por isso, a "imenso grau de incerteza". (p. 43) Mas, para sustentar a lógica do desenvolvimentismo, os autores não hesitam em criticar o governo FHC e as "elites" por haverem "pela primeira vez na história contemporânea" se descomprometido "explicitamente com a continuidade do processo industrializador — e com a própria idéia de desenvolvimento —, que cimentou o acordo político e social básico do Brasil neste século e conferiu relativa *estabilidade* a uma sociedade tão desigual." (p. 59-60, grifo meu.) É isto, então, o que querem os desenvolvimentistas? Estabilizar a exploração?

Ora, a se julgar pela história e não pela especulação, o desenvolvimento capitalista conduz à miséria, o que é verificável a olho nu se tomarmos o sistema como ele realmente é — e há muito mais tempo do que supõem os autores, que falam da década de 80 deste século —, ou seja: mundializado. Ou globalizado, se assim o preferirem. A idéia de um mercado interno de massas nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, é uma contradição em seus próprios termos. Se se fala em mercado, já não se está falando de massas. Mas os autores, que defendem aquele socialismo no futuro incerto, não medem palavras na defesa do mercado, não só do

de massas, mas do mercado em geral, enquando princípio. A estrutura econômica seguiria este modelo: "Parte da economia deve ser socializada — sob a forma de propriedade estatal ou pública não estatal (?) — e parte deve ser mantida sob controle privado, de modo que a sociedade combine dois grandes mecanismos de alocação de recursos." (p. 172) Nota: a parte a ser socializada não deve ser "significativa", ressalva o texto anteriormente, na mesma página. O mercado, como todos sabem, é hoje mundial. Será que *nossos* bravos empresários se sacrificariam a margens inferiores de lucro, no Brasil de *A Opção*, em vez aplicarem seus capitais a uma taxa de retorno mundial necessariamente superior, já que fixada em tais patamares pelo grande capital? Não prefeririam eles se associar ao grande capital, como, aliás, já se encontram associados indelevelmente? A lógica do capital nacional é, mais que nunca, a lógica do grande capital internacional, ao contrário do que pensam os autores (p. 152). Perde, pois, qualquer sentido afirmar, após defender uma aliança estratégica com o capital nacional, que "são os trabalhadores que podem tirar o Brasil da crise." (p. 153) Os trabalhadores só tiram o Brasil da crise se romperem com o capital, se instalarem o socialismo.

Supunha-se superada a alternativa desenvolvimentista, até mesmo enquanto problema. Toda uma discussão desenvolvida, a partir de Marx, nos anos 1960, contestou de forma substancial e irrefutável as crendices cepalinas de que os países subdesenvolvidos poderiam, via industrialização nos marcos do capitalismo, isto é, da propriedade privada, percorrer a mesma trajetória trilhada pelos países do centro. A fórmula de Gunder Frank "desenvolvimento do subdesenvolvimento" sintetizou todo um arrazoado, que entre nós, brasileiros, teve em Ruy Mauro Marini seu ponto mais agudo, que demonstrava vigorosamente que o desenvolvimento do centro era função do subdesenvolvimento da periferia — e vice-versa. Desenvolvimento no centro e subdesenvolvimento na periferia são, pois, complementares, não contraditórios. Os autores de *A opção* desprezaram olimpicamente todo este acervo, amplamente conhecido. E preferem sintetizar sua proposta em cinco compromissos absolutamente desprovidos de conteúdo classista, socialista portanto: compromisso com a soberania, com a solidariedade, com o desenvolvimento, com a sustentabilidade e com a democracia ampliada (em que falam vagamente num sistema político de "bases plurais" e na "dignidade da função pública") (p. 150-151).

E para que nenhum ornamento faltasse à arquitetura de seu projeto nacional-desenvolvimentista, etapista e de conciliação de classes por definiçao, *A opção* expressa a convicção de que "As forças armadas recusarão o papel de gendarme que as elites lhes reservam. Cedo ou tarde, serão levadas a se posicionar ao lado do povo e da nação, como já o fizeram em outros momentos. Não lhes cabe alterar o sistema político e comandar o país, seja em que direção for. Mas serão convocadas por nós a participar ativamente do novo projeto, nos limites de suas atribuições, definidas por lei." (p. 154) Ora, a se supor, como pretendem os autores, que por povo e nação devemos, inclusive, entender as massas trabalhadoras, a hipótese de se contar com o apoio das Forças Armadas brasileiras em qualquer projeto que privilegie os interesses destas massas é, no mínimo, ingênuo. E

absolutamente desautorizado pelas lições que a nossa História, remota ou mais recente, fartamente nos fornece. Todos os movimentos, todos, da história do Brasil, desde a Independëncia, são marcados pelo longo traço da transformação conservadora, entendendo-se por isso a exclusão dos interesses das massas trabalhadoras nas composições e recomposições de poder determinadas pelas modificações na base produtiva ou nas relações de produção. E todas as vezes em que o proletariado ousou botar a cabeça de fora, seja nos levantes do século passado, seja nos embates mais abertamente classistas deste século, teve esta cabeça literalmente decepada pelo sabre empunhado pelo braço armado das classes exploradoras: suas Forças Armadas. Seja na tradição da formação positivista, implementada pela chamada Missão Francesa na primeira iniciativa de estruturação técnico-ideológica do Exército brasileiro, seja na mais recente orientação norte-americana, visceral e ferozmente antiproletária, as Forças Armadas do Brasil jamais expressaram — guardadas as realmente honrosas exceções individuais ou de grupos localizados — qualquer compromisso com o proletariado. Muitíssimo pelo contrário. E, a se julgar pela experiência histórica e pelos dados concretos da realidade, jamais expressarão tal compromisso enquanto corpo coeso, ou seja enquanto Forças Armadas institucionalmente estruturadas. Nem cedo nem tarde.

Fechando o texto, já que tão pouco se falou em socialismo, os autores expõem uma declaração de fé: "Se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim", asseguram (p. 176.).

Pelo texto publicado, no entanto, o projeto *A opção brasileira* é nacional-desenvolvimentista. Portanto, de natureza capitalista. Mesmo que seus autores sejam socialistas.

Armando Boito Jr.

Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.

Fernando Ponte (professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina).

Tornou-se comum a crítica ao neoliberalismo, inclusive originada do meio acadêmico brasileiro. Mas nem sempre foi assim. Da defesa um tanto moderada à defesa convencida, foi comum a consideração de que, após 1989, a única possibilidade real era a política neoliberal; melhor ainda na versão pós-Collor, com FHC, que arregimentou, para participar de sua gestão, pessoas originadas inclusive de campo da esquerda, a partilhar com outras da direita golpista, a política neoliberal dos anos 1990 no Brasil. São paradoxos que às vezes surpreendem.

O mérito do livro de Armando Boito Jr. é, entre outros, expor as contradições da aplicação da política neoliberal ao longo da década de 1990, indo além da crítica

LEAL, Leovegildo P. Resenha de: BENJAMIN, César et al. A opção brasileira. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, 2000, p.139-142.

Palavras-chave: Política; Crise; Classe social; Desenvolvimentismo.